

Tema 3 — Código dos Contratos Públicos:

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro.

Tema 4 — Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto (LBAFD):

Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro, que revoga a Lei n.º 30/2004, de 21 de Julho;

Tema 5 — Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público

Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho.

Tema 6 — Regime Jurídico da Responsabilidade Técnica

Decreto-Lei n.º 271/2009, de 1 de Outubro.

13.2.2 — Procedimento B:**Tema 1 — Atribuições, Competências e Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e Freguesias:**

Constituição da República Portuguesa, republicada pela lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto.

Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/202, de 11 de Janeiro e pela Declaração de Rectificação n.º 4/2002, de 6/02);

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º s 107-B/2003, de 31 de Dezembro, 55-B/2004, de 30 de Dezembro.

Tema 2 — Regime de Vínculos, Carreiras e Remunerações:

Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro);

Lei n.º 59/2008, de 11/09 — Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas;

Decretos-Lei n.º 57-B/84, de 20/02 e 70-A/2000, de 5/05 — Subsídio de refeição;

Decretos-Lei n.º 106/98, de 24/04 e 192/95, de 28/07, Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2006, publicada no DR 1.ª série B, de 5 de Maio — Ajudas de custo.

Tema 3 — Estatuto Disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas:

Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro.

Tema 4 — Código dos Contratos Públicos

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 28 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 2008, e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro.

Tema 5 — Regime — Regime Jurídico das Instalações Desportivas de Uso Público

Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho.

Tema 6 — A Qualidade nas Piscinas de Uso Público

Directiva do Conselho Nacional da Qualidade (CNQ 23/93).

13.2.3 — Procedimento C:

Noções de legislação de segurança pública e privada;

Conteúdo funcional de Vigilante;

Capítulo das Férias e Faltas — Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro.

14 — A ordenação final (OF) dos candidatos que completem o procedimento resultará da classificação quantitativa obtida no método de selecção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores.

15 — Aos candidatos com vínculo de emprego público que, cumulativamente, sejam já titulares das categorias a concurso e se encontrem ou, tratando-se de candidatos colocados em situação de mobilidade especial, se tenham por último encontrado, a cumprir ou a executar as atribuições, competências ou actividades caracterizadoras dos postos de trabalho a ocupar, o método de selecção obrigatório a utilizar no seu recrutamento é, excepto quando afastado por escrito, a Avaliação Curricular (AC), conforme previsto no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

15.1 — Avaliação Curricular (AC) — É expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas e será apurada através da fórmula: $AC = (HA + FP + 3EP + A) / 6$

16. — A ordenação final (OF) dos candidatos que completem o procedimento resultará da classificação quantitativa obtida no método de selecção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores.

17. — Cada um dos métodos de selecção, é eliminatório, sendo excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores.

18. — Em caso de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

19. — Os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, bem como a grelha classificativa e o sistema de valoração final, de cada procedimento concursal, constam de actas de reunião do júri, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas, conforme previsto na alínea *t*) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 — Composição do Júri:

Presidente: Eng.º José Alberto Nunes e Lopes Tavares, Vice-Presidente da Câmara;

Vogais efectivos: D.ª Anabela do Amaral Ferreira Melo, Chefe da Divisão Sócio Cultural, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Maria Elisa Rodrigues de Almeida Pereira, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

Vogais suplentes: Eng.º Fernando Augusto da Costa Pires, Vereador a Tempo Inteiro e Dr. Rui Miguel Sousa Almeida, Técnica Superior.

21 — Exclusão e notificação de candidatos: — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos excluídos aos procedimentos, serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a*) *b*), *c*) ou *d*) do n.º 3 do referido artigo e Portaria, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. Os candidatos admitidos serão convocados através de notificação do dia, hora e local, para realização dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 32.º da Portaria citada.

A lista unitária de ordenação final dos candidatos a cada procedimento, após homologação do Presidente da Câmara será publicitada através de afixação no átrio dos Paços do Concelho de Aguiar da Beira e disponibilizada na sua página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

22 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*, por extracto na página electrónica do Município (www.cm-aguiardabeira.pt) e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis, contados da mesma forma, num jornal de expansão nacional.

Paços do Município de Aguiar da Beira, 10 de Novembro de 2010. — O Presidente da Câmara Municipal, *Augusto Fernando Andrade*.

303934002

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA**Aviso n.º 23940/2010****Lista unitária de ordenação final dos candidatos**

Nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos no procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira de assistente operacional, categoria de encarregado operacional, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 70, de 12 de Abril de 2010, depois de homologada por meu despacho, datado de 8 de Novembro de 2010.

Candidatos aprovados

Ordenação	Nome	Classificação final
1.º	António Luís Fachina de Jesus	16,11

Candidatos excluídos

Nome	Motivo
Carlos Jorge Condeço Mateus	a)
Hendrik Mário Rocha Guimarães	a)
José António Ramos Cordeiro	a)
Marisa do Carmo Neto Guerreiro Bitoque	a)
Ricardo Jorge Belo Cruz	a)
Sandra Isabel Trigo Eusébio Paulo	a)

a) Candidato excluído por ter obtido uma valorização inferior a 9,5 valores no 1.º Método de Selecção — não compareceu na data e hora marcada no local de realização da Prova de Conhecimentos.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30 da Portaria, e em cumprimento da legislação supra citada, notificam-se os interessados que esta mesma lista foi afixada ao público nas instalações da Câmara Municipal de Albufeira e na página electrónica, em www.cm-albufeira.pt.

Paços do Município de Albufeira, 09 de Novembro de 2010 — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, por delegação de competências do Presidente da Câmara, *Ana Pifaro*.

303921172

Aviso n.º 23941/2010

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, realizado que foi o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior — educação e intervenção comunitária, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 17 de Junho de 2009, o Município de Albufeira celebrou Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com Lénia Isabel Malveiro Gonçalves, para a carreira/categoria de técnico superior, posição 2, nível 15, remuneração base de € 1201,48, com efeitos a 2 de Novembro de 2010.

Paços do Município de Albufeira, 10 de Novembro de 2010. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara (despacho de 23 de Outubro de 2009), a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pifaro*.

303927312

Aviso n.º 23942/2010

Em cumprimento do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, realizado que foi o procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior — arquivo, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 67, de 7 de Abril de 2010, o Município de Albufeira celebrou Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, com Sónia Isabel Ferreira Gonçalves Negrão Monteiro, para a carreira/categoria de técnico superior, posição 2, nível 15, remuneração base de € 1201,48, com efeitos a 4 de Novembro de 2010.

Paços do Município de Albufeira, 10 de Novembro de 2010. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara (despacho de 23 de Outubro de 2009), a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pifaro*.

303927215

Aviso n.º 23943/2010**Lista unitária de ordenação final**

Nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos no procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira/categoria de técnico superior — psicopedagogia curativa, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 18 de Junho de 2010, depois de homologada por meu despacho, datado de 27 de Outubro de 2010.

Candidatos aprovados

Ordenação	Nome	Classificação final
.....

Candidatos excluídos

Nome	Motivo
Solange Rosa Ferreira e Sousa Santos de Azevedo	a)

a) Candidato excluído por ter obtido uma valorização inferior a 9,5 valores no 2.º Método de Selecção — Avaliação psicológica.

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 30 da Portaria, e em cumprimento da legislação supra citada, notificam-se os interessados que esta mesma lista foi afixada ao público nas instalações da Câmara Municipal de Albufeira e na página electrónica, em www.cm-albufeira.pt.

Paços do Município de Albufeira, 10 de Novembro de 2010. — Por delegação de competências do Presidente da Câmara, despacho de 23/10/2009, a Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Ana Pifaro*.

303927418

MUNICÍPIO DE ALCOCHETE**Aviso n.º 23944/2010****Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para diversos postos de trabalho**

Na sequência do procedimento concursal comum, aberto por aviso n.º 14065/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de Agosto de 2009, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e nos termos e para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tornam-se públicas as listas unitárias de ordenação final, para provimento dos seguintes lugares:

Ref.ª 02/09 — 2 Postos de trabalho para técnicos superiores na área de Comunicação Social — Lista unitária de ordenação final homologada por Despacho n.º 54 do Sr. Presidente de 05 de Novembro corrente.

Candidatos aprovados:

1.º Susana Isabel do Nascimento Pereira — 13,77 valores (candidata já detentora de uma relação jurídica de Emprego por tempo indeterminado);

2.º Ingride Ferreira Nogueira — 17,75 valores;

3.º Nádia Manuela Ferreira Paixão — 14,39 valores;

4.º César Humberto Pimentel Neto — 11,45 valores.

Candidatos excluídos:

Ana Carina Lopes Gameiro (b);

Ana Catarina Ramos Calvo (a);

Ana Sofia Pissarro Madureira (a);

Andreia Cristina Ramalho Gama (b);

Andreia Silva Monteiro (a);

Cândida Maria Marques Valente (b);

Catarina Moura Castel-Branco Boavida (b);

Cláudia Cristina Teixeira Bancaleiro (b);

Cristina dos Santos de Albuquerque Correia (a);

Elisa Maria Pires dos Reis Esteves da Silva (b);

Eva Maria Leandro Bracinhas (b);

Fernanda Maria da Silva Ribeiro (b);

Frederico de Brito Gerardo Gonçalves (a);

Inês Maria Almeida Garcia e Pina Manso da Costa Queiroz (a);

Joana Filipa Machado Moreira (a);

José Eduardo Monteiro Agostinho (b);

Liliana Alexandra Almeida Soares (a);

Liliana Sofia da Silva Domingues (a);

Luís Jorge Ramos Costa (b);